



**CÂMARA  
MUNICIPAL**  
DE ANÁPOLIS

Número do Processo: 209/22.

Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA. PROGRAMA DE  
SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL. INOBSERVÂNCIA  
DO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA.  
PREJUDICADO.

## **PARECER**

### **1 – RELATÓRIO**

Trata-se de Projeto de Lei Ordinária de autoria da Vereadora Seliane da SOS que “institui na rede municipal de ensino, o Programa de Sustentabilidade Ambiental”.

### **2 – FUNDAMENTAÇÃO**

A Lei municipal nº 2.841, de 25 de março de 2002, que dispõe sobre a educação ambiental nos estabelecimentos da rede municipal de ensino de Anápolis, regulamentada pelo Decreto municipal nº 12.915-A, de 14 de junho de 2002, já trata a respeito do assunto da proposição aqui analisada.

Sendo assim, deve ser aplicado o § 1º do artigo 32 do Regimento Interno da Câmara que determina que a propositura que não preencher os requisitos formais para tramitação, como a que versar sobre assunto já regulado por outro dispositivo legal, que esteja em vigor, assim considerado pela maioria absoluta dos membros da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, será encaminhada à Diretoria Legislativa para arquivamento.



### 3 – CONCLUSÃO

Tendo em vista o exposto, em que pese a nobre intenção da Vereadora, uma vez que não foi observado este mandamento específico do Regimento Interno desta Casa, considera-se a proposta aqui discutida **PREJUDICADA**.

É o parecer.

Anápolis, de de 2022.

Vereador(a) Relator(a)

JAKSON CHARLES  
Vereador

Frederico Moreira Caixeta  
VEREADOR

Cleide M. Hilário de Barros  
VEREADORA

Domingos Paula de Souza  
Vereador PV



**LEI Nº 2.841, DE 25 DE MARÇO DE 2002.**  
**REGULAMENTADA PELO DECRETO Nº 12.915-A, DE 14 DE JUNHO DE 2002.**

**DISPÕE SOBRE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS  
ESTABELECIMENTOS DA REDE MUNICIPAL DE  
ENSINO DE ANÁPOLIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A **CÂMARA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS** aprovou e eu, **PREFEITO MUNICIPAL**, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Preservada a estrutura e a composição curricular respectiva, os estabelecimentos da Rede Municipal de Ensino darão ênfase à Educação Ambiental, com o objetivo de estimular os estudantes a defender e preservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações.

**Art. 2º.** A Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia adequará o conteúdo programático das disciplinas integrantes do currículo escolar, atendendo ao disposto no artigo anterior, na Constituição Federal, na Constituição do Estado de Goiás e na Lei Orgânica do Município de Anápolis.

**Art. 3º.** O conteúdo programático relativo à Educação Ambiental terá caráter instrutivo e não reprovativo.

**Art. 4º.** O Poder Executivo, através da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia, poderá firmar convênios com entidades ambientalistas governamentais e não governamentais para o desenvolvimento de projetos de educação ambiental, na forma prevista nesta Lei.

**Art. 5º.** O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua publicação.

**Art. 6º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 7º.** Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO DE ANÁPOLIS**, em 25 de março de 2002.

*Ernani José de Paula*  
PREFEITO MUNICIPAL

*Ronivan Peixoto de Moraes*  
SECRETÁRIO CHEFE DO GABINETE CIVIL

*Marilda de Araújo Inácio*  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADM. E FINANÇAS

*Jorge Matsubara*  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO